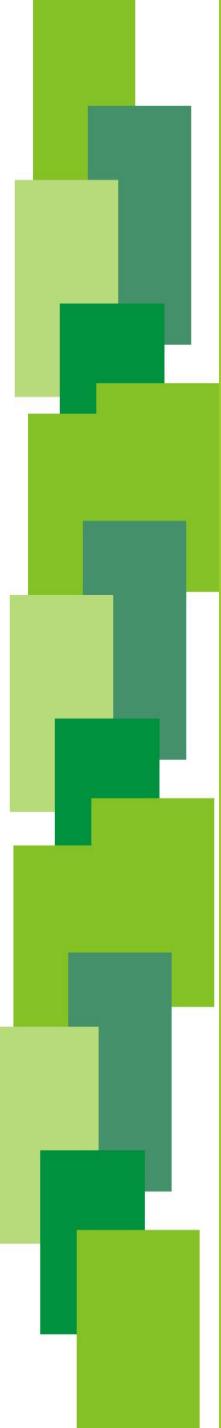


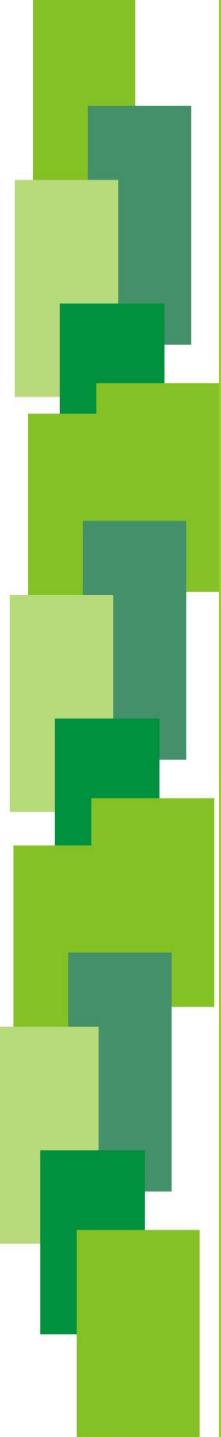
# **Lições da História: Avanços e retrocessos na trajetória das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil**

**CONSEA**

**Brasília, outubro de 2010**

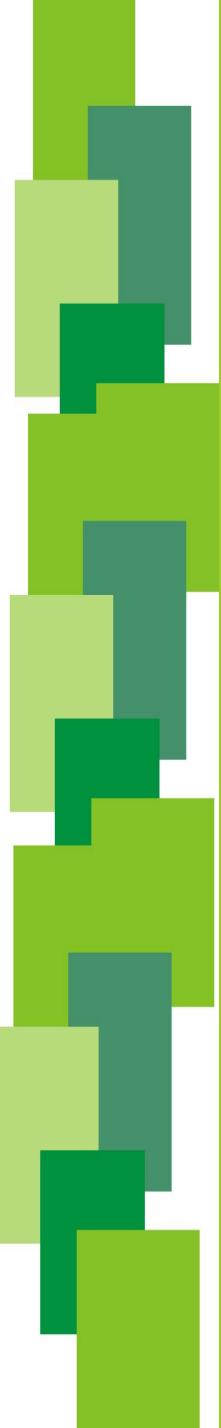


# **1º Ato: Os primórdios das políticas de alimentação e nutrição no âmbito das políticas trabalhistas do Governo Vargas**

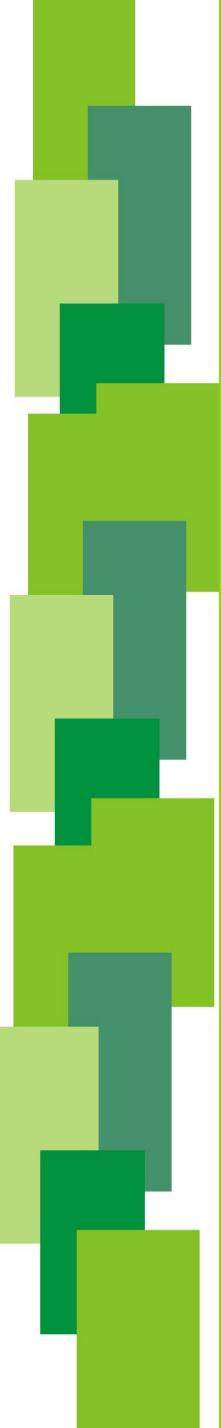


No SAPS originaram-se: (a) a criação de restaurantes populares; (b) o fornecimento de uma refeição matinal para os filhos dos trabalhadores (embrião da merenda escolar); (c) um auxílio alimentar durante o período de trinta dias ao trabalhador enfermo ou desocupado (transformado em auxílio-doença);

Cont...

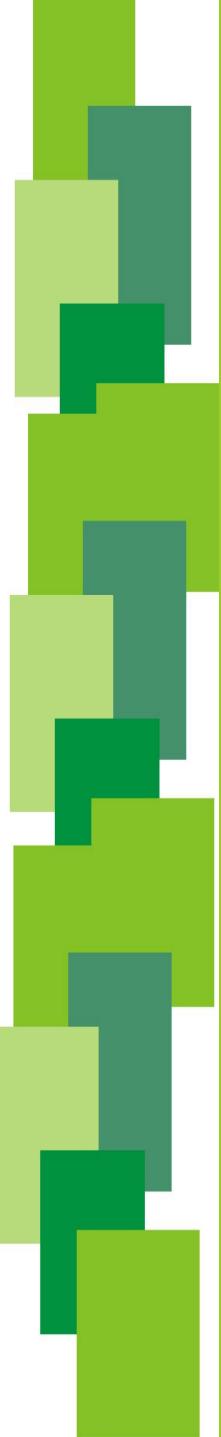


A criação de postos de subsistência para venda, a preços de custo, de alguns gêneros de primeira necessidade; o serviço de visitação domiciliar junto à residência dos trabalhadores; e os cursos para visitadores e auxiliares técnicos de alimentação.

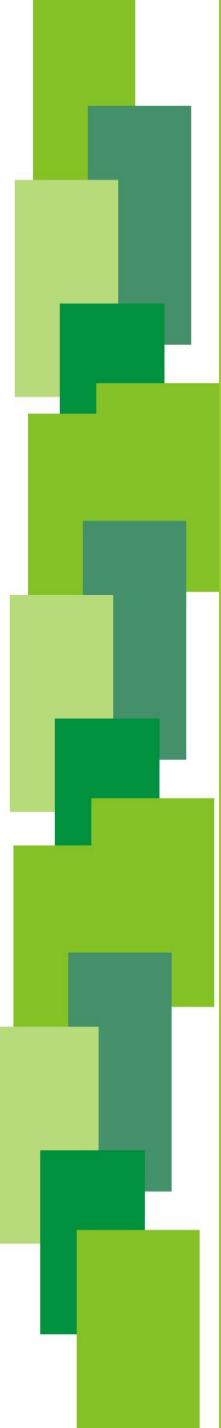


## **2º Ato**

**De meados dos anos setenta ao final  
da década de noventa – o que foi  
bom não funcionou e o que  
funcionou não foi bom.**

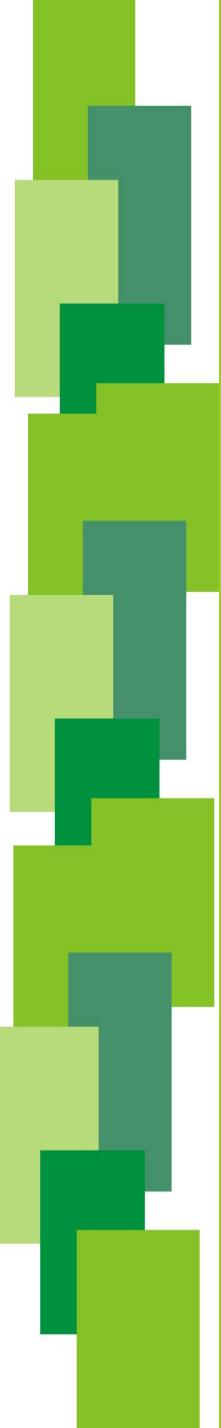


“Os alimentos se distribuem com a renda e esta se distribui com o poder políticos e com a capacidade de auto-defesa de cada um dos grupos sociais. A solução dos problemas de alimentação, bem como dos demais problemas sociais escapa do campo “racional” dos tecnocratas para o campo político. E só encontrará soluções se o campo político for o do debate, o da participação, o da defesa legítima dos interesses de todas as camadas da população”. Anna Peliano. Julho/83. UNB



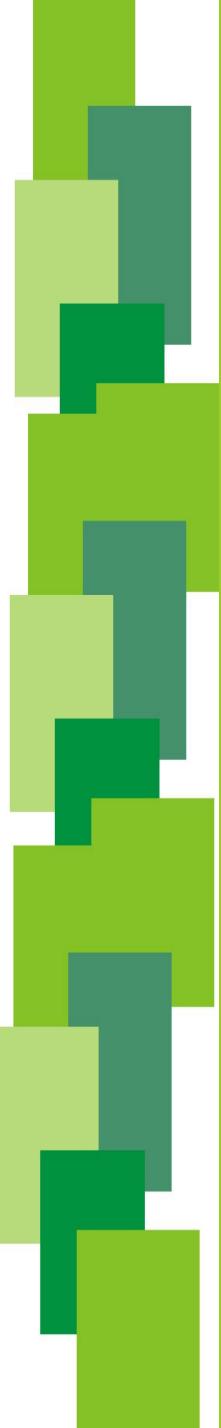
No final dos anos oitenta, o “Governo Federal operava 12 programas de alimentação e nutrição que juntos gastaram mais de U\$ 1 bilhão em 1989. Durante a década, os investimentos nessa área apresentaram uma tendência de crescimento. Entretanto, o maior aporte de recursos não foi acompanhado de um aprimoramento, ou racionalização da intervenção estatal”.

Anna Peliano e Nathalie Beghin. IPEA. Abril/94



“Os recursos destinados ao setor ainda que crescentes, estiveram sempre muito aquém das reais necessidades da população brasileira, se dimensionados em relação ao déficit alimentar dado pelo nível do poder aquisitivo da classe trabalhadora”.

Cont...



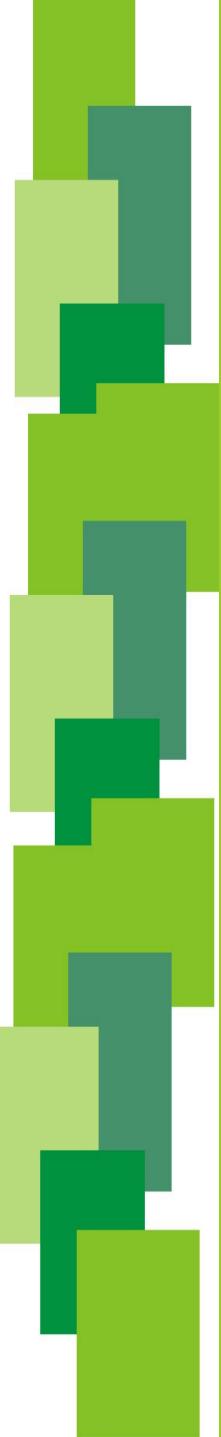
“Enquanto instrumento de redistribuição de renda, pode-se admitir que o impacto dos programas específicos de alimentação foi absorvido pela “Política de Desalimentação”, decorrente dos ajustes implementados no setor econômico”.

Anna Peliano. IPE/USP/UNICEF. 1988



## **3º Ato**

# **As reviravoltas dos anos noventa**



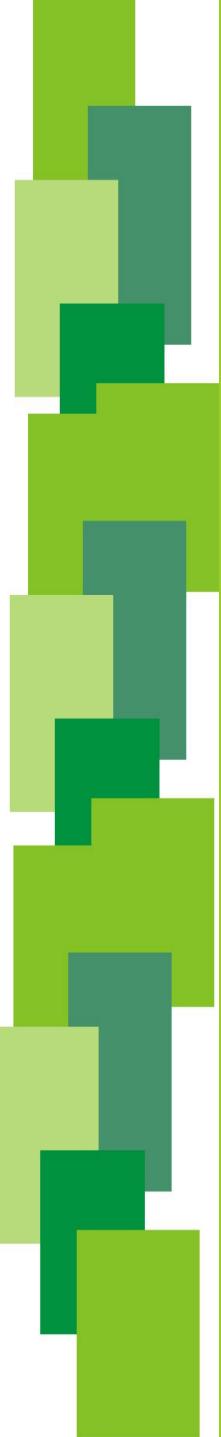
“Parece não haver mais indignação viver em um país em que mais da metade de suas crianças pertencem a famílias que não têm poder aquisitivo suficiente para garantir a satisfação de suas necessidades essenciais. Pergunta-se, agora, se deve ou não o setor público contribuir para a melhoria dos padrões alimentares através da distribuição gratuita ou subsidiada de alimentos”.

Cont...



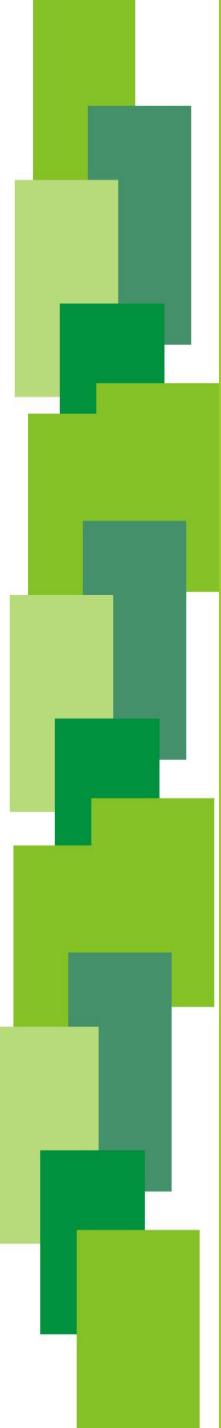
“Esquece-se que o inadmissível é a necessidade deste tipo de intervenção nas dimensões observadas, e não na própria intervenção; de que o injustificável é o descumprimento das diretrizes recomendadas e das metas anunciadas, além da não mobilização dos recursos financeiros e do suporte político necessários”.

Anna Peláez. IPEA. Abril/1992



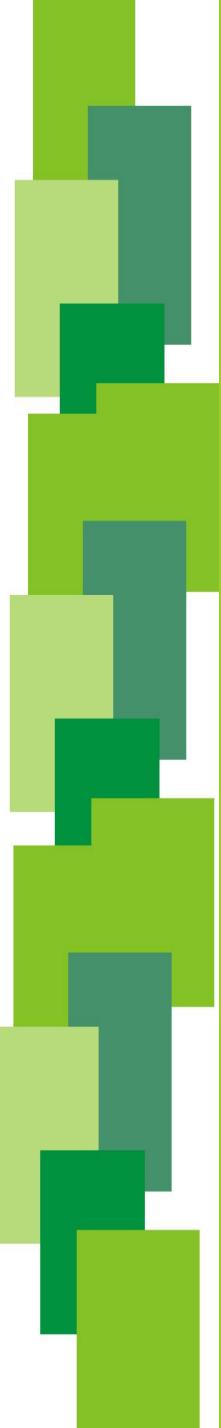
A ação contra a fome é “credora de três grandes contribuições para tornar a sociedade brasileira mais democrática e justa: a) ter politizado o problema da fome; b) ter logrado uma mobilização da sociedade civil que encontra poucos antecedentes na história recente; e, c) ter ampliado, através do CONSEA, a participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas”.

Cont...



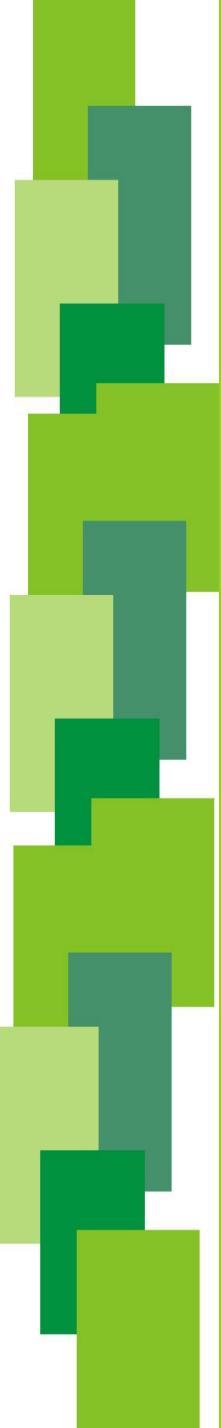
“As contribuições estiveram quase que exclusivamente limitadas à esfera das políticas compensatórias. Esta constatação merece duas leituras. A primeira, positiva, salienta que essa distribuição rompeu a inércia secular da sociedade brasileira diante do problema da fome e, paralelamente, permitiu dar uma resposta, ainda que parcial e de curtíssimo prazo, ao flagelo da falta de alimentação das populações miseráveis”.

Cont...



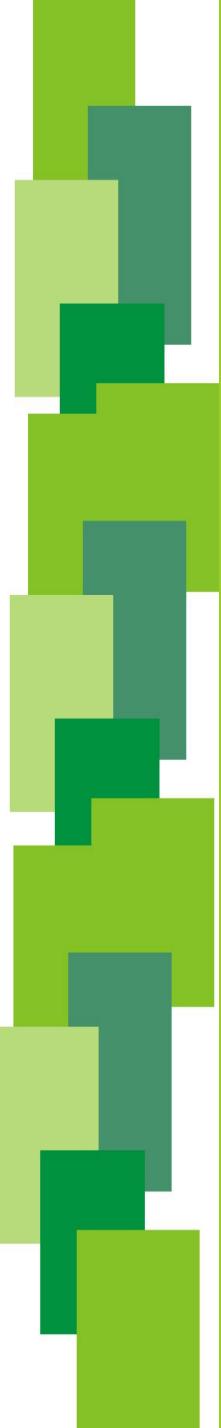
“A segunda leitura enfatiza o lado negativo dessa concentração em políticas compensatórias: não se utilizou a mobilização da sociedade civil e a influência lograda, pelo CONSEA na ação governamental, para a formulação de políticas que gerassem mudanças estruturais que permitissem reduzir a necessidade de políticas compensatórias”. E conclui: “toda conquista social é relativa: avançou-se, mas poder-se-ia ter avançado mais” Balanço realizado pelo IPEA.

Dez./94



Avaliação nos municípios mais pobres apontou avanços na convergência e integração intersetorial de programas, especialmente entre as áreas de alimentação, saúde e educação. É a essa integração que se creditou, em grande parte, uma queda de 54% das internações e de 68% nos óbitos de crianças menores de 5 anos por deficiências nutricionais, no período 1994/97.

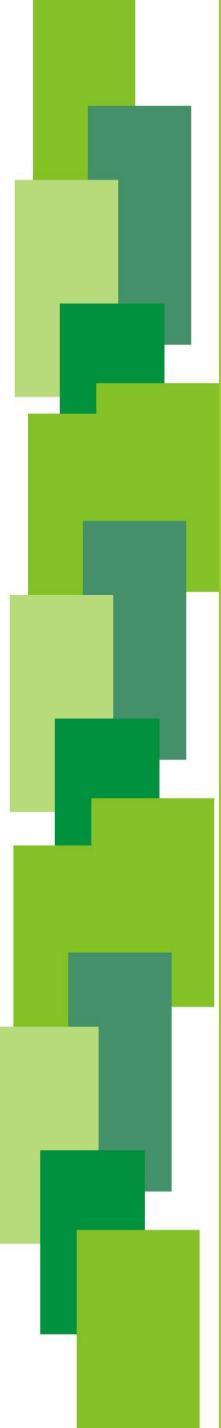
IBAM/IPEA/PNUD. 1998



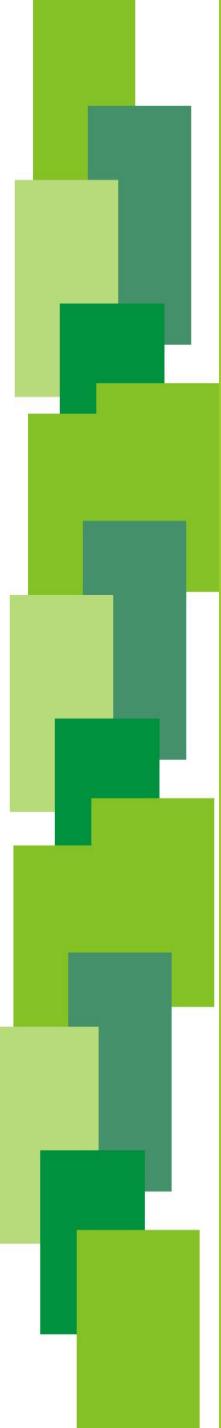
Apesar dos avanços, a década se encerrou com a presença de várias das dificuldades tradicionais: falta de prioridade política, recursos insuficientes para garantir um atendimento mais adequado, ausência de uma política mais agressiva na área do abastecimento popular, falta de flexibilidade para atender as demandas das comunidades locais e de um efetivo controle e participação da sociedade.

## **4º Ato**

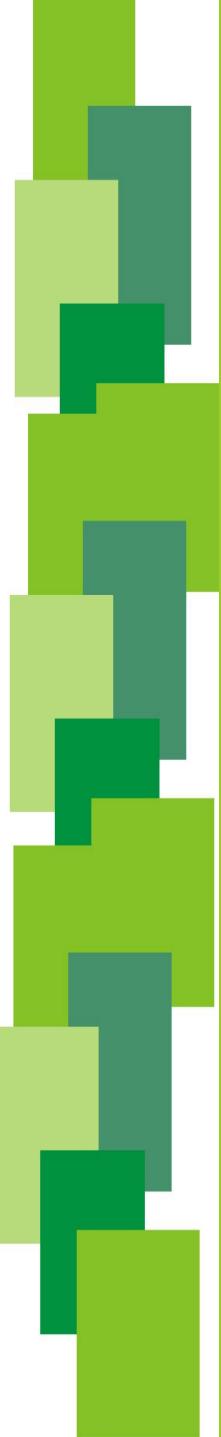
**O Governo Lula: o coroamento de  
reivindicações históricas e a garantia  
constitucional do direito à  
alimentação**



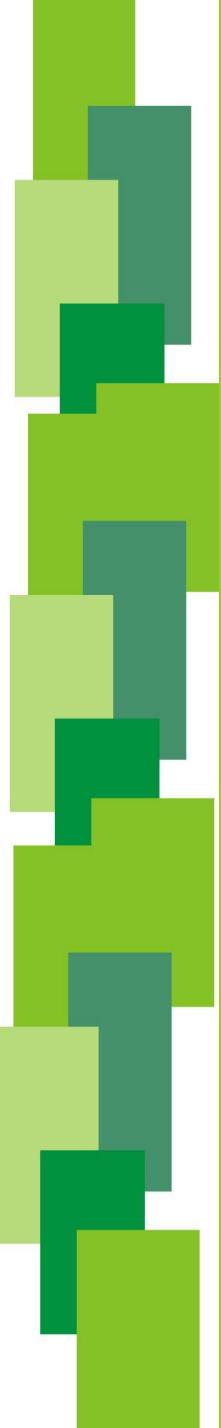
Ao final do mandato do presidente Lula, os avanços no combate à fome são reconhecidos não só internamente como internacionalmente. Os indicadores sociais divulgados reforçam o otimismo generalizado. O número de pessoas extremamente pobres reduziu-se, nessa primeira década do século, em 47%. A desnutrição desceu a patamares de países desenvolvidos.



Não há motivos para acomodações. O Brasil ainda é um país extremamente desigual, convive com um contingente de 20 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, em um terço dos domicílios não é garantida a segurança alimentar e, nas regiões mais pobres, a desnutrição atinge patamares ainda elevados.



No campo das políticas públicas, o desafio é consolidar a questão alimentar e nutricional entre as prioridades nacionais, avançar no aprimoramento e na integração dos diversos programas governamentais, obter a adesão dos governos subnacionais, fortalecer a mobilização nacional, e garantir participação e o controle social.



Urge, enfim, reavaliar profundamente todos os acertos e erros cometidos ao longo do tempo e elevar as políticas desse governo ao patamar de política de Estado, de garantia do direito humano à alimentação. O espetáculo tem que continuar.